

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 89.ª Sessão Ordinária
Realizada em 21 de Junho de 1971
(Segunda-Feira)

Presidência do sr. deputado Antônio Costa, secretariada pelos srs. deputados: Ivo Tomazoni e Domicio Scaramella.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Domicio Scaramella, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araujo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Faziano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Poli, Pinto Dias, Santos Lima, Wilson Brandão e enofonte Villanueva (40); achando-se ausentes os srs. deputados: David Federmann, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Lázaro Dumont, Muggiati Filho, Paulo Camargo e Sebastião Rodrigues Júnior (7).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente, declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

D E C R E T A:

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— De autoria do sr. deputado Antônio Belinati, solicitando anexação do Projeto de Lei n. 40-71, ao de n. 313-70.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja consignado em ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do advogado Evandro Sá Pereira, ocorrido dia 17 do corrente, em Londrina.

O extinto deixa viúva a senhora Aurora Sá Pereira e seus filhos: dr. Gustavo Sá Pereira, Evandro Sá Pereira Filho, Eloísa Sá Pereira e Sílvia Sá Pereira.

Requer, outrossim, que após a aprovação do presente requerimento, para o qual conta com o indispensável apoio dos nobres Pares, seja dada ciência do presente à família erlutada, residente à rua Farrapos n. 108, em Londrina.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1971.

(a) **Fuad Nacli**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata de Hoje, um voto de louvor aos funcionários do Hospital Colônia "Adauto Botelho": Ana Dikalo, Hildebrando Ferreira, Mamia D. Artonieta Domingues e Marins Ferreira de Souza, pela eficiência e dedicação no desempenho de suas atribuições, cooperando de forma acentuada e meritória para o engrandecimento daquele nosocômio.

Competentes, dedicados e atenciosos, os homenageados souberam grandear o reconhecimento de quantos recorreram àquela Hospital.

Assim, nada mais justo do que a Casa se solidarizar com as manifestações reconhecidas aos que, no desempenho de suas funções, procuram ser exemplos de verdadeira dedicação à causa pública.

Aprovado o requerimento, solicita o signatário seja dada ciência aos homenageados e ao senhor Diretor do Hospital, para que conste de sua fé de ofício.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1971.

(a) **Quielise Crisóstomo**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, requer, na forma regimental e ouvido o Plenário, seja dirigido um veemente apelo ao Diretor do DER, no sentido de que aquela Departamento socorra as populações do Noroeste, onde as estradas se acham intransitáveis.

As vias que partem de Paranavai ao Pôrto São José e a Umuarama estão em situação de calamidade, em vista das chuvas, e dezenas de caminhões que trazem os produtos do Sul de Mato Grosso estão encalhados, há dias, trazendo graves prejuízos à economia.

As prefeituras da região trabalham em conjunto para socorrer aos motoristas, mas os seus esforços necessitam de socorro do DER, razão porque estamos fazendo o presente apelo.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1971.

(a) **Quielise Crisóstomo**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que determine a expedição de ofício ao excelentíssimo senhor doutor Cirne Lima, digníssimo Ministro da Agricultura, em Brasília, solicitando a sua intervenção no sentido da transformação da atual sistemática de aplicação de reflorestamento, para permitir que as empresas possam continuar gozando da dedução do Imposto de Renda (incentivos fiscais) nas aplicações que fizerem em suas próprias terras.

Esta solicitação prende-se ao fato do texto do Decreto-lei 1134- de 18-11-70, que deu nova sistemática aos incentivos fiscais sobre Reflorestamento, não atender aos reclamos das firmas interessadas em proceder a esta medida, em suas próprias terras. Ademais, os novos Projetos não terão isenção para incentivos fiscais, conforme se pode deduzir com a retificação feita por outro decreto-lei de n. 1140, de 30-12-70 — fixando prazo bem de-

finido, isto é, que sejam submetidos ao IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) até 15-10-70. É uma anomalia anti-econômica e contrária aos interesses, principalmente, da indústria madeireira, que vê escapar um excelente patrimônio.

Desta forma, o ideal seria que as firmas continuassem o reflorestamento com projetos próprios, aprovados daqui em diante com o gozo dos benefícios fiscais, mesmo que a aplicação dos valores seja primeiramente feita, para depois usufruir do benefício fiscal.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1971.

(a) Nivaldo Krüger

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer, usando de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, seja endereçado ao excelentíssimo senhor Ministro da Agricultura, Cirne Lima, apêlo no sentido de propiciar a solução de um grave problema de terras, dependente de providências finais do INCRA, no município de Palotina, Gleba 5.000.

Ocorre que ali, por falta de regularização de três títulos de posse de terras, estabeleceu-se um clima de intranquilidade e agitação, provocado pelo despejo sumário de 35 famílias, e trazendo, como lastimável consequência, conflito com morte.

A 13 do mês em curso realizou-se, em Palotina, a Festa da Soja, comemorando-se então, com saudável euforia do seu laborioso povo, a conquista de uma entusiasmadora produção de Um Milhão de Sacas do precioso produto. Tudo fruto, inegavelmente, do espírito de trabalho ordeiro e construtivo de seus homens do campo. Justo, portanto, que, a eles seja emprestada proteção e direito às terras que legitimamente lhes pertence.

É objetivando a valiosa e honrosa intervenção de S. Exa. o sr. Ministro da Agricultura para a conciliação de interesses superiores e reconhecidos pela gente de Palotina, que aqui estamos dirigindo este apêlo, certos de que teremos, brevemente, o afastamento de males que afligem e desanimam aqueles que tanto têm dado de si para o progresso do Município, do Estado e do próprio país.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1971.

(a) Leopoldo Jacomel

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao excelentíssimo senhor Secretário de Educação e Cultura, sugerindo a Sua Excelência a constituição de um Grupo de Trabalho, com o objetivo de conseguir, junto ao Ministério de Educação e Cultura, uma maior participação do Estado do Paraná na distribuição da verba de 100 milhões de dólares que será levantada através de convênios assinados entre o M.E.C. e Organismos Internacionais, para desenvolver programas de reformulação do ensino médio e fundamental.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1971.

(a) Maurício Fruct

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente. Hoje, em nosso País, existem percentualmente menos técnicos especializados do que profissionais liberais. Vive o nosso ensino, atualmente, uma falta de diretrizes gerais orientadoras, destinadas à formulação de uma eficiente política de formação e aperfeiçoamento de pessoal.

É fato consumado que a mão-de-obra especializada se constitui em importantíssimo elemento da política racional de desenvolvimento econômico e social de nosso País.

Conforme declaração do Chefe do Departamento de Ensino Médio do M.E.C., sr. Paulo Dutra, as verbas dos convênios serão aplicadas na implantação dos colégios integrados e escolas técnicas de nível médio, que substituirão as tradicionais escolas médias, pois elas estão formando uma juventude "Frustrada".

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja enviado apêlo ao senhor dr. Daniel Egg, digníssimo secretário da Saúde, no sentido de que sejam enviadas, por aquela pasta, doses de vacina Sabin, para atender à demanda do município de Londrina.

O citado município encontra-se pela falta do mesmo, não o havendo, nem mesmo nas farmácias e drogarias da cidade, ressaltando-se que vários casos de poliomielite surgiram e estão sem o atendimento devido.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1971.

(a) Antônio Belinati

REQUERIMENTO

Sr. Presidente:

O Deputado que este subscreve requer, usando de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, seja endereçado apêlo ao sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de ser construída uma ponte sobre o rio Goicêrê, no trecho de estrada que vai de Moreira Sales a Cruzeiro D'Oeste, correspondendo os trabalhos de melhoria de acesso àquele local de construção aos Executivos dos dois aludidos Municípios.

Sala das Sessões, em 21-junho-1971.

(a) Wilson Brandão

JUSTIFICATIVA: — Trata-se de antiga reivindicação de dois expressivos municípios integrantes do Norte Novíssimo, apresentando o mais entusiasmador índice de produção agrícola, destarte contribuindo valiosamente para o progresso econômico-financeiro do Estado. É quando se enfatiza o dever de participar do processo de integração de nossas fontes de produção, que o atendimento da pretensão supra alcança o melhor significado, recomendando sobremaneira aos que o encaram com a maior objetividade, o mais alto sentido de oportunidade.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente:

O Deputado que este subscreve requer, usando de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, seja dirigido apêlo ao exmo. sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de permitir a permanência do Batalhão da Polícia Militar sediado na Comarca de Cruzeiro D'Oeste, de vez que se anuncia, extra-oficialmente, ser objeto de cogitações sua transferência para Umuarama.

Sala das Sessões, em 21 - junho - 1971.

(a) Wilson Brandão

JUSTIFICATIVA: — O citado Batalhão da Polícia Militar do Estado vem prestando a coletividade dali, os mais relevantes serviços de ordem pública, merecendo do povo a maior estima e admiração, posto que o exemplar comportamento de seus integrantes há determinado total perstigiamento de suas ações por parte do Poder Executivo Municipal, sempre pronto a colaborar para o seu mais perfeito funcionamento, chegando, mesmo, para atingir tal objetivo, a ceder àquela unidade militar, material burocrático de valia. Ade-

mais, existe um profundo vínculo de ordem sentimental entre aqueles militares e a sociedade da região, determinando a conciliação de respeitáveis interesses recíprocos. Confia o signatário, por tal efeito, no espírito de justiça do exmo. sr. Secretário de Segurança, voltado para o atendimento dos reais reclamos de sua importante e conceituada Pasta.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que, este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Magnífico Reitor da Universidade Católica do Paraná, D. Gerônimo Mazzarotto, de manifestação de aplauso pela oportuna iniciativa no debate e esclarecimento sobre a legitimidade da ampliação do mar territorial em 200 milhas, com a participação de notória autoridade como a do professor de Direito Internacional Clovis Ramalheite.

Requer mais, o envio de ofício, no mesmo sentido, à TV Paranaense, canal 12, pela colaboração emprestada no esclarecimento da opinião pública. Sala das Sessões, em 21 de junho de 1971.

(a) Antônio Costa.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente:

Considerando o alcance de comunicação que tem a Televisão dentro da comunidade;

Considerando que a TV-Paranaense Canal 12 está apresentando aos sábados a tarde o programa "Maxi Show Mário Vendramel";

Considerando que este programa tem quadros de alto alcance social, inclusive solucionando problemas de nossa juventude estudiosa, num quadro denominado "Ninguém Segura a Juventude do Brasil";

Considerando que no último sábado aquele programa lançou um apelo à Secretaria do Trabalho e Assistência Social, para que esta inicie um programa de desfavelamento no rio Belém (margens) onde se registra o mais alto índice de mortalidade infantil de nossa Capital;

Considerando que esta medida se torna urgente, uma vez que a cada momento de chuvas as pequenas casas ficam sem condições de habitar, e as ruas que dão acesso à Marechal Floriano ficam sem condições de trânsito;

Considerando que a denúncia daquele programa procede, e deve ser verificada "in loco" pelas autoridades;

Considerando que esta Assembléia Legislativa representa o povo do Paraná nesta Casa, através seus Deputados.

O Deputado, que este subscreve, requer:

1.º — Constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para verificar as condições em que vivem as famílias às margens do rio Belém;

2.º — Encaminhamento às Secretarias do Trabalho e Assistência Social e de Saúde Pública das conclusões desta Comissão;

3.º — Divulgação ao público da posição tomada pelos Deputados diante de tão grave denúncia;

4.º — Encaminhamento ao programa "Maxi Show Mário Vendramel" dos votos de congratulações pelo programa humano e de alto alcance que vem realizando, inclusive dando oportunidade a que muitos dos nossos Deputados Estaduais entreguem ao público os seus portos de vista.

Sala das Sessões, em 21-6-71.

(a) Antônio Belinati.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 108-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. I — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para responsabi-

lidade do D.E.R., para fim de conservação e melhoria, a estrada que liga Maringá a Ivaiporã, passando por Aquidaban, Jardim Alegre, São Pedro e São João do Ivaí.

Art. II — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 - junho - 1971.

(a) **Wilson Brandão.**

JUSTIFICATIVA: — Esta iniciativa acautelará importantes interesses de municípios progressistas e que almejam, através de conquistas desta natureza, atingir um desenvolvimentismo reclamado pelo "rush" de trabalho construtivo do povo paranaense. Evidencia-se, por conseguinte, uma aspiração à altura de acolhimento por parte do DER, órgão sempre voltado para cometimentos de valia e que tanto o têm credenciado perante a opinião pública de nosso Estado.

PROJETO DE LEI N.º 109-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar ao sistema estadual de ensino primário, o curso mantido pela Associação de Pais e Mestres, do estabelecimento da Cruz do Pilarzinho, desta Capital, autorizado pela Portaria n.º 1162-71.

Art. 2.º — A Secretaria de Educação e Cultura providenciará, como convier, o aproveitamento das instalações e pessoal integrante do curso referido no artigo anterior.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1971.

(a) **Wilson Brandão.**

JUSTIFICAÇÃO: — O curso que se pretende incluir no sistema estadual, foi criado por um grupo de professoras idealistas, para atender à demanda de matriculas, da ordem de quinhentas.

Embora autorizado a funcionar, em caráter excepcional, pela Secretaria de Educação e Cultura, o pagamento de aluguéis e alguma remuneração às professoras só é possível mediante a arrecadação de numerário através de festas e outras atividades promocionais.

Não se pode permitir, mesmo na Capital, que tal ocorra. Daí a apresentação deste Projeto, que objetiva regularizar a situação tanto da escola, dos alunos, quanto das professoras.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao sr. deputado Antônio Costa, primeiro orador inscrito.

O SR. ANTÔNIO COSTA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

A minha vinda à tribuna, na tarde de hoje, prende-se a uma Carta Aberta, que passarei a ler, ao professor Dino Zann Benedetti, presidente da Associação dos Professores Licenciados do Paraná. (Lendo): "Senhor Professor:

Ao deparar com o tópico intitulado "Professores vão reexaminar o Estatuto do Magistério" publicado no jornal "Diário do Paraná" de 18 do corrente, venho de público apresentar a V. Exa. as devidas ponderações em relação à atitude assumida pela Associação da qual V. S. é Presidente, quando da promulgação do Projeto Paulo Poli, e que, na condição de 1.º Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, coube-me assinar.

Surpreende-me, senhor Presidente, que só agora V. S. tenha reconhecido o acerto de tal promulgação, e que a mesma em nada veio prejudicar a nobre classe do professorado paranaense.

É lamentável que a Associação que V. S. representa, tenha em relação

no caso em questão, por uma injustificável ignorância, como V. S. confessa — “não posso negar que ficamos um pouco envergonhados, em face do lamentável desconhecimento da lei que nos rege” — exposto a classe do magistério paranaense, a uma situação de insegurança face aos ideais que a Associação, indubitavelmente, deveria representar e, ainda confundido a opinião pública em relação à minha atuação de parlamentar.

Em todas as situações enfrentadas em minha vida política, — tenho procurado pautar minha conduta no estrito cumprimento do dever, não levando em conta, senão, o benefício do povo que represento e a grandeza de minha pátria.

Espero que V. S. reconsidere a minha acertada atuação na observância do preceito constitucional, estabelecido no parágrafo 4.º do artigo 28 da Constituição do Estado do Paraná, junto à classe do professorado paranaense, classe que por tradição e por formação, muito respeito.

Atenciosamente, a) Antônio Franco Ferreira da Costa Filho — 1.º Vice-Presidente.”

O segundo assunto, sr. Presidente, prende-se ao momentoso caso das nossas 200 milhas marítimas.

Recebemos do Magnífico Reitor da Universidade Católica do Paraná, Dom Jerônimo Mazzarotto, expressivo convite para assistirmos conferência do eminente tratadista de Direito Internacional, professor Clovis Ramalhete, sobre a legitimidade da extensão territorial das 200 milhas marítimas.

Além da conferência, o prof. Clovis Ramalhete debaterá, com técnicos e professores paranaense, o momentoso assunto, através da Televisão Paranaense, Canal 12.

É louvável por todos os motivos e iniciativa da Universidade Católica, no esclarecimento do povo sobre o tema em foco, da maior importância para o nosso País e para a América do Sul.

São do conhecimento de todos, as dificuldades e as iniciativas do Governo brasileiro em preservar e garantir os nossos direitos em relação ao assunto.

A Universidade mostra-se, pois, integrada nos problemas comunitários do interesse nacional.

O nosso aplauso à oportuna iniciativa do Magnífico Reitor Dom Jerônimo Mazzarotto e à colaboração da Televisão Paranaense, Canal 12, para os quais solicitamos o apoio desta Casa, pela aprovação do requerimento que encaminhamos à Mesa.

Obrigado. (Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Antônio Belinati, primeiro orador inscrito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Transfiro-a ao deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE — Em segundo lugar, no Grande Expediente, figura o deputado Cândido Martins de Oliveira, a quem, com satisfação, concedo a palavra.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Há vários dias ocupamos esta tribuna para levar o nosso protesto ao ato, do 1.º Vice-Presidente desta Casa, promulgatório da lei Paulo Poli que objetivava a suspensão do Artigo 14, do Estatuto do Magistério.

Após este protesto, alguns Deputados ocuparam esta tribuna, para justificar da forma que entendiam correta, a atitude do nosso eminente colega, 1.º Vice-Presidente. Diziam, inclusive, que o Artigo 14 do Estatuto do Ma-

Magistério não tinha nenhuma ligação com o sistema de lista triplíce para a escolha e provimento dos cargos de direção dos estabelecimentos de ensino de nível primário e médio. E iam além, afirmando que era intenção do atual Governo corrigir os erros ou as irregularidades que por ventura houvessem dentro desta sistemática. Criticaram o segundo decreto regulamentador da escolha de direção através do sistema de lista triplíce, dizendo e afirmando sempre que era intenção do atual Governo respeitar ao máximo as conquistas já atingidas pelo Magistério Público do Estado do Paraná.

As chamadas lideranças do Magistério reuniram-se, estiveram, inclusive, em audiência com S. Exa. o sr. governador Haroldo Leon Peres, e de lá através de nota oficial, dada ao conhecimento do público, afirmaram que estavam tranquilas com relação à intenção do atual Governo, uma vez que, segundo se depreendia daquela nota oficial, o sr. Governador também desejava preservar as conquistas do Magistério e até ampliá-las, através de uma reformulação do Estatuto do Magistério.

Diante de todos esses fatos, da assertiva de companheiros nossos, com assento nesta Casa de Leis, de defensores da política do atual Governo, diante da nota oficial das chamadas lideranças do Magistério, nós nos tranquilizamos. Tínhamos como encerrado o assunto, uma vez que as palavras dos Deputados, e a palavra do próprio Governador, pela nota oficial das lideranças do Magistério, não deixavam margem à dúvidas de que a Secretaria de Educação e Cultura, de que o Governo, enfim, respeitariam estas conquistas e trabalhariam no sentido de ampliá-las e aperfeiçoá-las.

Não era, portanto, sr. Presidente, srs. Deputados, nossa intenção voltar ao assunto, nesta Casa, a não ser quando aqui aportasse a Mensagem Governamental modificando, naquilo que entendesse dever ser modificado, o Estatuto do Magistério.

Entretanto, srs. Deputados, como afirmamos, há alguns dias, tínhamos que o ato de promulgação da lei Paulo Peli, que jogou por terra o Artigo 14 do Estatuto do Magistério, fizesse parte de um plano global, elaborado não sei por quem, mas que tinha, e deve ter, como objetivo, uma espécie de varrida no setor do Magistério Público deste Estado, principalmente no que se refere aos órgãos de direção.

Disse, naquela ocasião, que tínhamos que essa fosse a intenção oculta daqueles que praticavam tais atos. Fomos desmentidos. Acreditamo-nos desmentidos. E acreditamos, sobretudo e principalmente, nas palavras do sr. Governador, dadas às lideranças do Magistério do Estado.

Entretanto, infelizmente, sr. Presidente, srs. Deputados, parece que, uma vez mais, os nossos temores se transformaram em realidade. E o Artigo n.º 14 não mais vigorando no Estatuto do Magistério, está já dando margem à perseguições políticas, a mudanças de cargos de direção, de titulares de direção, sem que se respeite a vontade da maioria do corpo docente, obedecendo aos interesses políticos, de políticos primários, que desejam, com estas medidas, conquistar prestígio e atingir posição dentro de determinados municípios e no cenário político do Paraná.

E a confirmação de minha assertiva veio antes que eu mesmo imaginasse.

Não acreditava que o Secretário de Educação e Cultura viesse desde já cometer aberrações jurídicas e aberrações contra o próprio Magistério. Aqueles Diretores que foram nomeadas de acordo com o Artigo 14, na sua plena vigência, com mandato de 3 anos, têm o direito adquirido, de permanência até o final do mandato, à testa da direção do seu estabelecimento de ensino.

A revogação do Artigo 14, não pode restringir nem atingir o direito daquelas que foram nomeadas enquanto ele vigorava e de acordo com o sistema da lista triplíce. Isso parece claro. Apenas quando terminar o mandato de 3 anos dos atuais diretores, não mais vigorando o Artigo 14, é que poderá o sr. Secretário de Educação e Cultura, nomear Diretores, por sua livre escolha, e sem mandato pré-fixado.

Isso parece evidente e qualquer mandado de segurança contra ato de autoridade nesse sentido, com certeza terá guarida em qualquer Tribunal do país. Mas, não entende assim o sr. Secretário de Educação e Cultura, não entendem assim os seus assessores.

Não sei se de boa fé, não sei se pressionado e quais as forças que levaram S. Exa. a cometer tal ato, mas o fato é que a Secretaria de Educação e Cultura exonera diretora de grupo escolar, nomeada em agosto do ano passado, escolhida pelo processo de lista triplíce, nomeada com prazo certo de 3 anos, de acordo com o Estatuto do Magistério, no seu Artigo 14. A Secretaria de Educação e Cultura, pura e simplesmente, sem satisfação, sem inquérito administrativo, sem ouvir a parte, pura e simplesmente exonera a Diretora.

Refiro-me, sr. Presidente, srs. Deputados, à Diretora da Casa Escolar de Pinhais, município de Piraquara. Pela portaria n. 7.773-70 de 18 de agosto de 1970, a professora Marli Marise Teixeira Monitor, normalista efetiva, nível 14, eleita em lista triplíce pela maioria do corpo docente daquele estabelecimento, foi designada Diretora da Casa Escolar de Pinhais, com o prazo e com o mandato certo de 3 anos.

Pois bem, sr. Presidente, srs. Deputados, a Portaria n.º 1.108-71, de 11 de junho de 1971, exonerou essa professora normalista designada com mandato de 3 anos e designou para seu lugar a professora Maria de Lourdes Nascimento Gomes, que nem sequer pertencia ou pertence ao corpo docente daquele estabelecimento de ensino. Nada tenho a favor ou contra a professora Maria de Lourdes Nascimento Gomes, apenas critico o processo, critico a forma que é uma porta aberta para destituição, sem razão, sem critério, de diretores de estabelecimentos de ensino nomeados com mandato de três anos e no processo de lista triplíce.

O sr. Nelson Buffara — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas para congratular-me e solidarizar-me com V. Exa. neste episódio que acaba de relatar. Com inteira justiça e com todo o direito considero-o advogado do Magistério nesta Casa. O assunto que trouxe ao conhecimento desta Casa é de uma injustiça clamorosa e gritante. V. Exa. foi nessa explicação muito feliz, motivo pelo qual receba meus cumprimentos e, mais uma vez, inteira solidariedade.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço a V. Exa., deputado Nelson Buffara, mas gostaria apenas de fazer uma ressalva. Não quero ser e não me considero advogado do Magistério nesta Casa.

O sr. Nelson Buffara — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Eu o considero porque V. Exa. é conhecedor emérito da matéria. Pela sua franqueza, pelo seu caráter e pela sua conduta identifico-o como tal.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA. — Agradeço e uma vez mais quero deixar bem claro perante os srs. Deputados que não me considero, de forma nenhuma, advogado do Magistério nesta Casa, inclusive porque divirjo em muitos pontos de vista daqueles que se intitulam líderes do Magistério. O nosso desacordo vem de há muito tempo, desde a época em que ocupávamos o cargo de Secretário de Educação e Cultura. Tenho, com relação a indicação, alguns pontos de vista firmados a respeito dos quais não transijo e muitos que revelam, aparentemente, boa intenção, às vezes usam os postos de liderança do magistério para advogar seus benefícios futuros e pessoais.

O sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Cândido Martins de Oliveira, lamentavelmente ocorreu aquilo que prevíamos. Insatisfeitos ficamos quando pela imprensa tomamos conhecimento de que os srs. professores, através de algumas lideranças da classe, haviam sido convencidos de que o Governo não adotaria medidas prejudiciais à educação e sobretudo de injustiça. Entendemos que não devemos mais acreditar em promessas e devemos aceitar, acima das promessas, os

atos fundados em lei, porque somente através de lei poderemos dar sobre vivência a qualquer classe que seja.

Dirijo daqueles, mais uma vez e da tribuna desta Casa, que procurando justificar medidas tomadas contra o magistério, afirmavam não estar a classe em ambiente de insegurança e de intranquilidade.

A confirmação vem através da denúncia de V. Exa. que, mais uma vez, envergonha o poder público do Estado com medidas injustas e desastrosas para a educação. Entendo que usar a educação para fazer política ou política é cometer crime contra o ensino, é cometer crime contra o desenvolvimento, pois que o desenvolvimento vem através da educação.

Nossos aplausos à atitude de coragem de V. Exa. que mesmo pertencendo ao partido da ARENA vem se mostrando independente em sua conduta, e diz com entendimento e lealdade em sua denúncia, o que infelizmente vem mostrar mais uma vez, que os responsáveis pelos destinos do Estado, não estão a conduzir com mãos firmes e justas como deveriam conduzir. Desta forma, juntamente com a nossa solidariedade a V. Exa, os nossos protestos veementes, contra aqueles que procuram usar o ensino, como um meio de promoção política, como um meio para se vingar talvez, srs. Deputados, daqueles que discordam politicamente. Era o aparte.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço o aparte do nobre deputado Alvaro Dias. Apesar de com ele não concordar em sua totalidade, porque entendo que até a presente data não é do meu conhecimento que tenha partido do próprio governador Haroldo Leon Peres, nenhum ato que demonstre a sua vontade pessoal, de usar dos poderes que tem, para conquistar posição política para o seu grupo.

Acuso sim, aqueles que tem parcela de Poder no Governo, e que, "às vezes, sem o conhecimento do próprio Governo, tomam atitudes que por certo ele próprio combateria se estivesse nesta Casa e se estivesse em nossa posição.

O sr. Alvaro Dias — V. Exa. me concede um aparte? (Assentimento). — Afirmei "governo", porque entendo não ser o governo um homem só, governo, como diz o próprio Governador, é participação; governo é um conjunto de homens que formam uma equipe liderada pelo Chefe do Poder Executivo. E esta equipe é composta por homens de confiança de S. Exa. que deve portanto responder pelos homens, pelas atitudes daqueles homens que são de sua confiança e que compõem a sua equipe. Apenas para que ficasse esclarecido, o aparte que ofereci anteriormente a V. Exa. Muito obrigado.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente e srs. Deputados. Continuando a narração do episódio que me trouxe à tribuna na tarde de hoje, a exoneração da Diretora da Casa Escolar de Pinhais, nomeada com mandato certo, enquanto estava vigorando o Artigo 14...

O sr. Leopoldo Jacomet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Nobre deputado Cândido de Oliveira, estamos acompanhando o seu discurso com viva atenção, viva atenção porque diz respeito a um dos municípios que representamos nesta Casa, nosso entender modesto, do homem modesto, também vivido e sofrido no interior do Paraná por falta de educação, por falta justamente daquilo de que se fala no Paraná inteiro, que é a educação. Porque educação não é brincadeira. E quando dizemos isto falamos com o coração e não com demagogia, como certos deputados que aqui se apresentam e certos líderes que V. Exa. citou da tribuna, de entidade da educação. Quando propusemos as condições da necessidade de substituição da Diretora da Casa Escolar de Pinhais, S. Exa. o sr. Secretário de Educação atual, que tem a cabeça no lugar, diga-se de passagem, e que o fizemos inclusive na gestão que V. Exa. era o Secretário, quando levamos ao conhecimento de V. Exa., como de todo o Secretário que as Casas Escolares de Pinhais estavam sofrendo depredação, estavam sendo depredadas pelas próprias crianças, a mando da Diretora, porque esta não

queria retornar às salas antigas, porque havia ganho um estabelecimento novo. Nós fizemos uma representação e eu responderei o discurso inteirinho de V. Exa. assim que as inscrições me permitirem; aqui estão os documentos e as razões. V. Exa. foi à tribuna mal informado e perdoe-me a sinceridade com que venho apartá-lo. O que fiz na Casa Escolar de Pinhais, é o que precisamos fazer em todo o Paraná, quando a Diretora é responsável pelo estabelecimento, pois o estabelecimento pertence a ela, como à criança; é construído pelo Governo, mas está sob sua responsabilidade. Não podemos admitir que uma Diretora não se dê ao zelo de escalar a zeladora, para nas férias, zelar pelo prédio, como manda o próprio Estatuto do Magistério. Não podemos admitir que ela ali permaneça. E, nessas condições, dia 8 de março, nós oficiamos ao sr. Secretário, pedindo providências no sentido da substituição da diretora, pelas razões que indicamos no nosso expediente, que são oriundas de uma representação da comunidade de Pinhais. Nós não temos culpa, e muito menos, a Secretária de Educação e Cultura, ou o Secretário atual, se o que se fez no Estatuto, criando-se o Artigo 14, tirando-se a política do político verdadeiro e dando à direção, condições de fazer política, dentro do próprio estabelecimento. V. Exa. como Secretário que foi, sabe muito bem, de que forma são conduzidas as eleições dentro dos estabelecimentos de ensino. Que muitas vezes a diretora que disputa o cargo de direção, tem como professora uma irmã que é zeladora e que se ela não votar com ela, não manterá a irmã como zeladora. Também dará classe pior à professora que não votar com ela. V. Exa. conhece o que ocorre e o exemplo está na Casa Escolar de Wenceslau Braz e também de Contenda. Lá estão quatro, ou cinco professoras sem classe, porque são protegidas pela direção. Votaram nela para ser diretora e ela assumiu o compromisso de não lhes dar classe, enquanto o sr. Secretário de Educação busca em todos os cantos, professoras para preencher 10 mil vagas e abre concurso, para as necessárias nomeações.

De sorte que, V. Exa. me perdoe o aparte, o tempo é escasso, mas amanhã ou depois, eu inscrito, responderei o discurso de V. Exa. lendo o expediente que tenho em mãos. Era o aparte que queria dar a V. Exa.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. deputado Leopoldo Jacomet, de quem eu já tive oportunidade de nesta tribuna dizer que sou admirador, pela sua luta e pelo seu trabalho. Sei que V. Exa. é Deputado representante do município de Piraquara, nesta Casa de Leis. Respeito o ponto de vista de V. Exa.; as idéias que V. Exa. esposa, com relação a cargos de direção. Entretanto, com elas não concordo em gênero, número e caso. Porque as exceções não podem modificar a regra. Se existem algumas diretoras ou alguns diretores que escolhidos em lista tripla, com mandato de 3 anos, não honram a confiança dos seus colegas do corpo docente, e sequer honram a função que exercem, a grande maioria de diretores de estabelecimentos de ensino neste Estado, vêm se conduzindo de forma inigualável, de tal maneira que os problemas políticos, muitos deles com relação à educação nos estabelecimentos de ensino do interior, foram todos afastados e hoje, em cidades até então tumultuadas no setor de educação, existe tranquilidade, porque o Diretor foi escolhido pela congregação, com mandato de três anos. Além disto, sr. Deputado...

O sr. Leopoldo Jacomet — V. Exa. permite um aparte?

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Darei em seguida o aparte, apenas quero responder. Existe o inquérito administrativo, o processo administrativo, para estes casos. Quando a denúncia chega à Secretaria de Educação e Cultura, deve ser instaurado o inquérito. Há uma Comissão permanente de inquérito, na Secretaria de Educação e Cultura. Admito a exoneração da Diretora com mandato de três anos, mas após o competente inquérito administrativo. Não apenas por ouvir dizer, por parte de Prefeitos, Vereadores ou Deputados, que aquela Diretora não é boa, que aquela Diretora é relapsa. Muitas vezes, e na maioria dos casos, quem sabe, as

denúncias podem ser válidas, mas apenas o inquérito é que comprovará, com direito de defesa para o acusado. É um direito fundamental que qualquer pessoa tem — apresentar sua defesa, expor suas razões perante as autoridades para depois, se fôr o caso, ser destituída da função de direção.

Concedo, agora, o aparte ao sr. deputado Leopoldo Jacomei.

O sr. Leopoldo Jacomei — Veja o final do Expediente: “a nomeação de uma outra direção, para dirigir a escola até a conclusão do inquérito”. Veja V. Exa., que a pessoa já está respondendo inquérito. Quero fazer uma pergunta a respeito do grupo Manoel Eufrásio, de Piraquara. V. Exa., como Secretário, nomeou a diretora para o setor de Educação Física do Ginásio de Piraquara. Esta mesma funcionária é Diretora do Grupo Manoel Eufrásio.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — V. Exa. está se referindo a esta Casa Escolar?

O sr. Leopoldo Jacomei — Grupo Escolar Manoel Eufrásio. Quero citar o exemplo para V. Exa. repassar sua administração naquela Secretaria. Quando V. Exa. era Secretário, tínhamos a Diretora eleita pela lista triplíce, em Piraquara. V. Exa. nomeou-a para professora de Educação Física do Ginásio Romário Martins. O que acontece? V. Exa. nomeou e sabe que a Diretora deve permanecer pelo menos durante seis horas no estabelecimento. Pergunto: Se a Diretora do Grupo Manoel Eufrásio, é também professora de Educação Física no Ginásio, como vai ter condições de responder decentemente pela direção de seu estabelecimento? Esta nomeação também foi feita por V. Exa.. As duas, o foram. A primeira, na lista triplíce e a segunda pelo concurso que ela fez. Se V. Exa. é coerente com o que diz, com o que proclama, há de convir que toda vez que um funcionário não condiz com o cargo que exerce, deve ser estudado o porquê. A população que vê seus filhos com 1,6 nos exames e não tem condições de ter uma outra direção porque o Estatuto do Magistério não o permite, ou troca a diretora ou espanca a mesma. É a situação da Casa Escolar de Pinhais.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Deputado Jacomei, respondendo à primeira parte de sua indagação com relação a uma diretora, designada em lista triplíce, e que ocupava, ao mesmo tempo, num ginásio, num estabelecimento de ensino de grau médio, a cadeira de Educação Física.

Quero dizer a V. Exa. que, em tese, e legalmente, nada impede que, a direção de um grupo escolar seja ocupada por uma professora, que venha a lecionar uma matéria no ginásio, desde que não haja conflito de horário, impedimento físico, — porque esta professora não tem o dom da onipresença, — de estar no horário devido, poderá ser diretora de um grupo escolar, e, em outro horário, lecionar qualquer tipo de matéria para a qual esteja habilitada.

Mas, sr. Presidente, srs. Deputados, continuando minhas palavras, foi oportuno que o deputado Jacomei me oferecesse os dois brilhantes e longos apartes, dizendo que a população de Pinhais já havia encaminhado denúncia ao Secretário de Educação e Cultura com relação ao comportamento dessa professora.

Não acusei, desta tribuna o sr. Deputado, ou quem quer que seja, de ter pedido a saída dessa Diretora por razões e por motivos políticos.

Mas, passarei a ler, srs. Deputados, um expediente que tenho em mãos, dirigido ao sr. Secretário de Educação e Cultura, e subscrito por professoras, por zeladoras, da Casa Escolar de Pinhais, que afirma interferência política no processo educacional daquele grupo.

Não é o Deputado que lhes fala, mas é o corpo docente daquela escola. E tenho em mãos e vou encaminhar ao sr. Secretário de Educação e Cultura este Expediente que me foi entregue hoje, pela manhã.

(Lendo): “Exmo. sr. dr. Haroldo Carvalhido.

DD. Secretário de Educação e Cultura do Estado do Paraná.

Professoras e demais funcionárias da Casa Escolar de Pinhais no muni-

cípio de Piraquara, vêm mui respeitosamente solicitar de V. Exa., o que adiante esclarecem:

— Embora respeitando o ato assinado por V. Exa. em cujos termos estabelece que:

— Fica dispensada da direção da Casa Escolar de Pinhais a professora Marli Marise Teixeira Monitor, a qual foi eleita por lista triplíce e estando ainda dentro do prazo estipulado e regular para o desempenho de suas funções de diretora por três anos.

— Solicitamos seja revogado tal ato que ainda em seu teor designa para a direção do referido Estabelecimento de Ensino a professora Maria de Lourdes Nascimento Gomes, a qual não fazia parte do corpo docente desta Escola e assumiu o cargo por questões políticas.

— Confiantes no vosso alto espírito de justiça e certas da vossa aquiescência a esta solicitação das funcionárias deste Estabelecimento de Ensino, firmamos nossos protestos de alta estima e elevada consideração.

Pinhais, 17 de junho de 1.971.

São portanto, sr. Presidente...

O sr. Leopoldo Jacomel — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Quantas professoras assinaram esse documento, por favor?

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — 8 professoras.

O sr. Leopoldo Jacomel — Lá tem 23 professoras, sr. Deputado. 8 professoras significa uma minoria. Exatamente 1/3, as que não regiam classe. Das que ficavam freqüentando a Rua XV e a "Bôca Maldita" aqui em Curitiba. Lá está o livro de presença das professoras, que não compareciam e recebiam vencimentos inteiros.

Amanhã trarei à Assembléia o livro de presença, para mostrar a V. Exa. e aos demais membros desta Casa, as faltas e a certidão da Despesa Fixa, de que todas elas recebiam mês corrido.

Nós repetimos a V. Exa. e à Casa, educação não é brincadeira de ninguém e lá o que se fazia era brincadeira, dando a algumas tudo e tirando de tantas, muito.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — O aparte de V. Exa. é esclarecedor, quanto à freqüência das professoras na "Bôca Maldita". Fica por conta de V. Exa. essa assertiva.

O sr. Leopoldo Jacomel — Perfeitamente, por minha conta, porque assumo a responsabilidade daquilo que digo.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Assume a responsabilidade também de politicamente tirar a Diretora?

O sr. Leopoldo Jacomel — Isso, de política, fica por conta de V. Exa..

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Fica por conta das professoras...

O sr. Leopoldo Jacomel — V. Exa. está lendo um manifesto...

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Estou lendo um manifesto onde se diz que essa professora assumiu por razões políticas.

O sr. Leopoldo Jacomel — Se política houve, foi no tempo em que V. Exa. era Secretário de Educação, e mandou a esse estabelecimento funcionário exigindo que a Diretora trabalhasse para V. Exa..

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Não é verdade. Infelizmente, V. Exa. está dizendo nesta Casa uma inverdade. Jamais, quando Secretário de Educação e Cultura, usei carro ou funcionário para propaganda, porque nem tinha propaganda minha, porque não era candidato. A eleição estava muito longe para pensar em ser candidato a Deputado.

O sr. Leopoldo Jacomel — V. Exa. não vai querer que eu traga a Diretora aqui, pessoalmente, para provar?

O sr. Antônio Belinati — (Pela ordem) Sr. Presidente, estamos assistindo aqui um debate tumultuado e pediríamos a V. Exa. o cumprimento do Regimento Interno.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, continuando no relato desse fato, após a interferência sempre brilhante e tranqüila do deputado João Leopoldo Jacomel, gostaria de informar ainda à Casa, que além do abaixo-assinado dessas professoras, com relação ao problema da dispensa da Diretora designada pela lista triplíce, com mandado certo de 3 anos, eu possuo em mãos mais um abaixo assinado, dos pais de alunos que freqüentavam a Casa Escolar de Pinhais.

Não acredito, sinceramente, a não ser que esteja redondamente enganado, que os pais das crianças que freqüentavam a escola fôsem assinar um abaixo-assinado em favor de uma Diretora que permitia a algumas professoras de seu Grupo Escolar, portanto professoras de seus filhos, que ficassem na "Bôca Maldita", no horário das aulas.

Não acredito que os pais fizessem tal abaixo-assinado.

Passo a ler o abaixo assinado da população desse bairro, com relação a esse episódio.

(Lendo): "Os abaixo assinados, moradores do Distrito de Pinhais, Município de Piraquara, vêm mui respeitosamente solicitar a V. Exa. para que seja reconduzida para a Direção da "Casa Escolar de Pinhais", a professora Marli Marise Teixeira Monitor, a qual estêve desempenhando esta função até o dia 13 de junho do corrente ano, com grande dedicação e muito desvelo, ao atender nossos filhos.

Certos do Vosso pronto atendimento a este humilde pedido dos moradores desta localidade, firmamos nossos protestos de consideração". Seguem-se mais de 230 assinaturas.

Mais de 230 assinaturas nesse encaminhamento de ofício ao sr. Secretário de Educação e Cultura, dizendo o contrário do que afirma o deputado Jacomel, que essa Diretora sempre se houve com zelo nas suas funções de direção de estabelecimento de ensino.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Deputado Cândido Martins de Oliveira, não quero entrar no mérito da substituição da Diretora da Casa Escolar do Distrito de Pinhais, no município de Piraquara, muito embora deva dizer, a bem da verdade, que conhecendo há tantos anos a vida pública do deputado Leopoldo Jacomel, aprendi a ver nêle um homem com isenção total de ódios e de rancores e jamais permitiu S. Exa. violentar a dignidade de ninguém.

Se o deputado Leopoldo Jacomel pretendeu aquela substituição, encaminhando, como encaminhou, pedido de sindicância para verificar as arbitrariedades ou não da Diretora anterior daquele estabelecimento quero crer, conhecendo o espírito de justiça do deputado Jacomel, que isso tenha sido motivado por razões muito fortes.

O deputado Álvaro Dias, em aparte, disse que isto é um ato contra o Magistério. Não é. É um caso isolado e nem tudo que é contra uma Diretora é contra a educação. Por ser até em favor do ensino, dos alunos, se aquela diretora não estiver se conduzindo como deve se conduzir uma diretora.

O meu aparte é porque estou numa dúvida. A assessoria jurídica da Secretaria de Educação, interpretando o Art. 14 do Estatuto do Magistério, entende que o provimento por três anos, e diz respeito aos cargos em comissão, há uma diferenciação dêste para aquêle. A assessoria jurídica vem apontando os cargos de direção do Ensino Primário e do Ensino Médio como sendo de função gratificada, "ad-nutum" desde que não correspondam a confiança do sr. Secretário de Educação.

Essa substituição, segundo o deputado Jacomel afirmou, foi feita para que alguém respondesse pela direção até a conclusão da sindicância que está sendo feita, a qual é objeto de inquérito administrativo. V. Exa. foi Secretário de Educação e sabe da dificuldade de levantar as responsabilidades. Três membros apenas, me parece, compõem a Comissão permanente de sindicância, sem verbas de diárias, sem viaturas para se deslocar de um local

para outro. Se antes de afastar uma Diretora fôsse necessário levantar primeiro a responsabilidade, levar-se-ia quatro anos. Devem estar sobrestados, no mínimo, 400 pedidos de inquéritos administrativos os quais por falta de condições ou de funcionários não foram feitos pela Secretaria de Educação.

Quero crer que se a Secretaria de Educação afasta uma diretora para apurar as responsabilidades é uma medida justa, perdoe-me o nobre Deputado, data vênha o seu entendimento alto.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Alto apenas porque estou em plano mais elevado de V. Exa., mas o entendimento é mútuo e inteligente da parte de V. Exa.

Gostaria apenas, nobre deputado Ivo Tomazoni, de dizer que se a douda Assessoria Jurídica da Secretaria de Educação e Cultura, entende da forma como V. Exa. aqui colocou o problema, eu passarei daqui por diante a não entender aquela assessoria como douda, porque basta ler o Artigo 14, para se chegar à conclusão de que um mandato é por três anos, para qualquer tipo de provimento em cargo de direção. Se V. Exa. permitir, antes de seu aparte, ler para que a Casa tome conhecimento das palavras, e "ipses lites" no seu artigo 1.º que diz:

"Os provimentos de cargos de direção, mediante gratificação de função", como é o caso de direção de Estabelecimentos de Ensino Primário e Ensino Médio. Gratificação de Função para o Ensino é feita pelo prazo certo de três anos, ressalvadas as disposições próprias da educação de grau superior.

Portanto, para o Ensino Médio e Ensino Primário no provimento de cargos de função gratificada, de Diretor do Estabelecimento é feito pelo prazo certo de três anos, ressalvadas as disposições próprias da educação, de grau superior. São os cargos de Direção de Faculdades, de Universidades, que inclusive têm leis próprias que regem a matéria, são designados com mandatos certos através da escolha da congregação, mas não diz respeito a este item porque este item é apenas com relação aos estabelecimentos de Ensino Primário e Ensino Médio, uma vez que há ressalva para os estabelecimentos de ensino de nível superior.

O sr. Ivo Tomazoni — Perdoe-me V. Exa. mas quero crer que a Assessoria Jurídica atual da atual Secretaria de Educação, é a mesma assessoria jurídica que servia V. Exa.?

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — A não ser, nobre Deputado, que o sr. Secretário tenha escolhido novamente, mas até recentemente, não era.

O sr. Ivo Tomazoni — Exato. Muitos professores em diversas direções, que serviam V. Exa., ainda servem o atual Secretário, na Assessoria Jurídica.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Inclusive, a maioria dos assessores do atual Secretário pertenciam ao meu corpo administrativo na Secretaria de Educação.

O sr. Ivo Tomazoni — Então veja V. Exa., que os nomes não mudaram. O sr. Secretário está sendo assessorado pelos mesmos homens que há tantos anos vêm assessorando aquela secretaria.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Mudou a interpretação e a forma de conduzir.

O sr. Ivo Tomazoni — Esta se adapta à evolução dos tempos.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Mas não se pode concordar que esta evolução do tempo, sr. Deputado, com todo o meu respeito, venha a ferir conquistas feitas através de muitos anos de luta do Magistério. Eu entendo V. Exa. V. Exa. diz que em casos isolados de uma direção, não atingem o Magistério. Data vênha de V. Exa., eu entendo que é um precedente muito sério para todo o Magistério.

O sr. Ivo Tomazoni — Perdoe-me, nobre Deputado, a conquista do professorado, ela não foi obtida por lei, e sim, através de um Decreto-Lei, em seu Artigo 14 que afirma que foi regulamentado pelo decreto assinado por

V. Exa. e pelo sr. Governador, quando V. Exa. era Secretário de Educação, e que instituiu a obrigatoriedade de eleição pela congregação para formulação das listas tríplex etc. etc..

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Apenas para esclarecer. Eu não discuto no momento. Poderemos discutir daqui em diante no futuro, o processo da escolha, apesar de entender que a lista tríplex é legítima. Discuto mandato por três anos.

O sr. Ivo Tomazoni — Veja V. Exa. nobre Deputado, na semana passada, da tribuna, um Deputado que respeito muito, da bancada do MDB, lamentando a sua ausência, eu o considero um dos maiores tribunos desta Casa, o nobre Deputado José Muggiati Filho, fazia queixas da atuação de um dos diretores de determinado estabelecimento de ensino do município que ele representa, onde ele reside. Era talvez a oportunidade de se perguntar, porque foi eleito por três anos, terá ele que aguentar por três anos as queixas dos pais de alunos e de alunas?

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Abre um inquérito, apura a responsabilidade e exonera.

O sr. Ivo Tomazoni — Exatamente. Afasta-se a Diretora até às conclusões do inquérito. É esta a medida que o sr. Secretário de Educação tomou e nós consideramos acertada. Se houver isenção de responsabilidade da Diretora, ela que retorne ao cargo. Mas, até lá, para que ela inclusive não possa influenciar os membros da comissão, deve ser afastada. É nosso entendimento.

Muito obrigado.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Deputado, V. Exa. não entende que apenas o afastamento da Diretora, assim que dá entrada no Protocolo da Secretaria de Educação, ou na Mesa do Secretário de Educação, de uma denúncia que muitas vezes não pode, não deve ser verdadeira, muitas vezes pode ser uma denúncia forjada, o afastamento baseado nesta denúncia, de uma Diretora, que foi eleita pelos seus colegas, num processo democrático, de escolha em lista tríplex, o afastamento puro e simples, sem que se ouça a Diretora, acusada, não constitui uma injustiça? Não constitui um demérito para aquela professora que estava na direção do estabelecimento de ensino, escolhida pelos seus colegas, com um prazo e com um mandato de três anos? Porque alguém resolveu denunciá-la, e às vezes, essa denúncia não é verdadeira? O Secretário puro e simplesmente a exonera? Pura e simplesmente a afasta? jogando-a numa situação difícil perante os pais dos alunos? perante os próprios professores? Perante até a sua própria família? Até que se venha a comprovar que aquela denúncia é verdadeira? que esta professora realmente não procedeu mal no cargo?

Entendo, sr. Deputado, que se pode cometer, no caso, muita injustiça; pode-se até colocar na rua da amargura uma Diretora exemplar, com o seu afastamento puro e simples, sem que se lhe desse oportunidade de defesa. Esta Diretora que eu me referi da Casa de Pinhais, jamais foi intimada pela Secretaria de Educação, para prestar qualquer esclarecimento, com relação às denúncias que recebeu. Então eu acho, sr. Deputado que o que deve ocorrer, é o respeito à lei. Foi nomeada por 3 anos; tem o mandato de 3 anos, enquanto vigorar o Artigo 14; vem a denúncia contra o professor, contra o diretor, abre-se um inquérito. Se fôr o caso, — no desenrolar do inquérito, se a presença da professora e da diretora, estiver tumultuando o inquérito, estiver distorcendo a procura da verdade, então, sim, é o caso de se afastar esta diretora e colocar uma para enquanto o inquérito estiver funcionando, esta professora exercer o mandato e a outra ficar afastada. Creio que esta era a medida acertada.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Nobre Deputado, creio que V. Exa. vai ter que voltar a esta tribuna, outras vezes, porque eu já pedi a substituição de algumas diretoras de estabeleci-

mento de Ensino Primário e Médio. Daí a razão pela qual eu até com impertinência fixo o meu ponto de vista. Veja V. Exa., o município de Barracão, existem três professoras lotadas naquele estabelecimento que sempre receberam os subsídios, os vencimentos. Uma delas mora na Argentina; já há quatro anos; recebe os vencimentos, nunca compareceu ao estabelecimento, não compareceu nos últimos 4 anos. Uma delas, mora em São Miguel do Oeste; não leciona, recebe. A diretora dá frequência para estas duas e para mais uma. Eu tenho o nome, função, quem recebe por procuração, tudo direitinho. Agora, estamos denunciando esta Diretora já há um ano e meio. A Comissão de Sindicância, não tem condições; não se locomove; não vai, por falta de verba, por falta de viaturas, sei lá, pelas razões que ela tem e que, não cabe agora mencionar. Então, nobre Deputado, veja V. Exa.: Teremos nós que submeter a população estudantil, à direção, à péssima direção, só porque uma diretora foi nomeada por três anos?

Acho que a substituição, desde que nós sejamos maduros para entender que não é boa diretora, eu ainda sou deste ponto de vista, nomeada para um cargo de direção, que é cargo de confiança, e não correspondeu, deve ser substituída a bem do ensino, a bem da educação.

Porque, do contrário, todos estaremos sujeitos a uma administração, a uma direção, com prejuízos enormes a uma população estudantil que se submeter a uma determinada Diretora que, tendo falhas, não pode ser substituída. Há casos de incapacidade para o cargo, e muitas incapazes foram nomeadas. Existem exceções, é claro. É meu ponto de vista, porque, quero adiantar, pedi a substituição de várias Direções; não por não serem companheiros políticos, mas porque não estão servindo ao ensino, como deveriam servir. V. Exa. vai voltar mais de uma vez para falar no assunto, e continuaremos com a mesma divergência.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Respeito o ponto de vista de V. Exa., como o do deputado Leopoldo Jacomel e o de todos os srs. Deputados. Entretanto, sr. Deputado, acredito que a função do Deputado Estadual não é a de estar verificando se os grupos vão bem ou mal. Para isto a Secretaria de Educação tem os Inspectores de Ensino. O Deputado não deve ter como sua preocupação a substituição de cargos de direção. Vam aí a divergência talvez abismal que existe entre nós.

O sr. Ivo Tomazoni. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas para que eu não pareça um Deputado que está se intrometendo no setor do ensino.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Não quis dizer isto.

O sr. Ivo Tomazoni — Foi a conclusão que tirei das palavras de V. Exa. Quando V. Exa., na qualidade de Deputado, visita um Município, os pais de alunos estão a assediá-lo com suas queixas. Porque eles não vêm à Secretaria de Educação nem às Inspetorias Regionais para queixar-se. Porque não têm tempo nem condições financeiras para tal, razão pela qual procuram os Deputados, representantes de suas cidades, e se queixam amargamente, e nos responsabilizam quando não há a substituição que, no entender deles, é necessária, para que os alunos tenham maior índice de aproveitamento. Num Estabelecimento, por exemplo, de 20 professoras, 70 delas estão em licença, outras estão viajando e durante uma semana inteira os alunos voltam e dizem que não há aula porque a professora não apareceu. As professoras não comparecem e a Diretora não sabe distribuir urgências. E nem por isso são demissíveis, no entender de V. Exa.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Ao contrário, acho que são demissíveis, desde que o inquérito comprove. É o caso de Barracão, com uma professora na Argentina, outra em São Miguel. Um inquérito comprovará este fato. Uma vez comprovado que a Diretora é relapsa, que realmente não cumpre com seu dever, que favorece suas amigas do corpo do-

cente em detrimento da educação, então a Secretaria, através de inquérito, exonerará a Diretora e novo agrupamento de professoras, uma nova eleição, escolherá uma Diretora.

O sr. Ivo Tomazoni — Que poderá cometer os mesmos erros.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Se V. Exa. acha que o Magistério não tem condições de escolher suas Diretoras, não posso mais discutir com V. Exa. Entendo que o problema de direção é do estabelecimento de ensino. Os professores dos estabelecimentos de ensino, que se conhecem mutuamente, que convivem dia e noite às vezes, que sofrem o drama diário do professorado, têm mais condições de saber, dentre eles, qual o que poderá conduzir melhor seu estabelecimento de ensino. E não, deputado Ivo Tomazoni, o político, o Deputado, porque, como V. Exa., eu sei muito bem quando vamos para a nossa região, para o interior do Estado, recebemos os pais, mas recebemos também o Vereador, recebemos o Prefeito, e são estes que fazem carga contra as autoridades educacionais.

Raras vezes os pais vêm fazer queixa: são os políticos locais, com interesses contrariados, estes que vêm pedir a cabeça dos professores e não os professores, os homens do Magistério.

O sr. Ivo Tomazoni — Admitindo que concordo com V. Exa., que a Direção deva ser escolhida entre o professorado lotado no estabelecimento de ensino, porque, nobre Deputado, o decreto que regulamenta a aplicação do Artigo 14, também não faculta a este colegiado a substituição da diretora, quando esta não se houve com capacidade administrativa?

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Mas faculta, nobre Deputado. O Corpo docente do estabelecimento de ensino, uma vez reunido...

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem apenas um minuto para concluir sua oração.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — ... o corpo docente do estabelecimento de ensino, uma vez reunido, pode solicitar, a Congregação pode solicitar a destituição do Diretor do estabelecimento. E inclusive, já houve caso do corpo docente se reunir e solicitar ao Secretário, e o Secretário exonerar, a pedido do corpo docente. Houve, inclusive, agora, neste Governo, se não estou enganado, destituição deste teor.

Srs. Deputados, por último, quero dizer a esta Casa, que não creio que o sr. Governador esteja de acordo com estas medidas adotadas na Secretaria de Educação e Cultura, que são adotadas não sei porque motivo, ou se por pressões políticas, ou se por interesse pessoal de quem quer que seja.

Faço, para finalizar, um apelo à Educação, aos órgãos educacionais, ao sr. Governador que, como Deputado Estadual, inúmeras vezes combateu a interferência política na educação. E aí estão os seus discursos, que o notabilizaram nesta Tribuna, como Deputado independente, como deputado ativo, como Deputado que não se curvava diante do poder, e que não usava do poder para fazer política. Eu apelo a V. Exa., desta Tribuna, através de Líder do Governo, para que solicite ao sr. Secretário de Educação e Cultura, que não cometa injustiças deste naipe, que hoje se denuncia. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a honra e a satisfação de anunciar a presença, em Plenário, dos srs. Ives Chevalier, Alberto Garcez e Ary Moleta, diretores da PARANATUR.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do sr. deputado Wilson Bran-

dão, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuídos aos srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Resolução n. 8-71, que aprova o convênio celebrado entre a União, através do Ministério da Agricultura, e o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, visando executar o plano Nacional de Combate à Febre Aftosa. — **Aprovado.**

— **REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 8-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — É aprovado o convênio celebrado entre a União Federal, através do Ministério da Agricultura, e o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, visando a executar, em mútua e estreita colaboração técnica e financeira, o Plano Nacional à Febre Aftosa, em toda a área geográfica do Estado, mediante as cláusulas e condições que estabelece.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-6-71

aa) **Cândido Martins de Oliveira** — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Antônio Maciel

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 126-70, de autoria do dep. Arnaldo Busato, que autoriza o Poder Executivo a doar Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), à Associação do Instituto Nacional e Assistencial "Santa Cruz", de Capanema. — Pareceres Contrários da C.C.J. e C.F. e Favorável da C.I.P. — **Aprovado.**

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 100-70, de autoria do dep. Antônio Lopes Júnior, que elava para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a pensão mensal concedida à viúva Maria da Conceição Martins Azambuja e Souza, pela Lei n. 1.535 de 2 de dezembro de 1.953. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. com Substitutivo Geral de ambas as Comissões. — Em Regime de Urgência. — Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem). Sr. Presidente, esse Projeto tem um Substitutivo Geral. V. Exa. está pondo em votação o Substitutivo ou o Projeto?

O SR. PRESIDENTE — O Projeto em pauta tem dois Substitutivos: um da Comissão de Finanças e outro da Comissão de Constituição e Justiça. Regimentalmente, a Presidência coloca em votação, primeiro o Substitutivo da Comissão de Finanças.

Em votação o Substitutivo da Comissão de Finanças. — **Aprovado.** Está prejudicado o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 313-70, de autoria do dep. Olavo Ferreira, que autoriza o Poder Executivo, considerar de Utilidade Pública a Assistência Lar Esperança, da cidade de Londrina. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 1-71, de autoria do dep. Francisco Escorsin, fica denominado Distrito Antônio Brandão de Oliveira, o atual São João situado no Município de Jataizinho, comarca de Uraí. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 1-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica denominado Distrito Antônio Brandão de Oliveira, o atual São João, situado no Município de Jataizinho, Comarca de Uraí.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1971

a) **Francisco Escorsin**

JUSTIFICATIVA:

Ao pleitear a modificação do nome do Distrito de São João, para o de Antônio Brandão de Oliveira, o fazemos homenageando a figura do homem público que exerceu o mandato de Vereador por esse povoado e, por duas vezes o cargo de Prefeito Municipal de Jataizinho, revestindo suas gestões de alto nível de progresso, deixando obras de valor meritório para a posteridade. Foi no Distrito de São João que Antônio Brandão de Oliveira se fixou em Jataizinho, sendo um dos fundadores, e ali morou por longos anos, estando esse povoado ligado a sua vida pública e privada. Ao denominarmos São João com o seu nome, o estaremos prestando uma homenagem a terra que ele com seu trabalho ajudou a desbravar e colonizar.

A aprovação do presente plano de lei, é uma medida justa, o reconhecimento do esforço, do trabalho, da dedicação a causa pública, de um homem que viveu mais para servir aos interesses do povo e de sua terra.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

PROJETO DE LEI N. 1-71

AUTOR: Dep. Francisco Escorsin

RELATOR: — Dep. Arthur de Souza

Visa o presente Projeto de Lei mudar a denominação do Distrito de São João, no Município de Jataizinho.

A pessoa que o deputado Francisco Escorsin deseja homenagear, senhor Antônio Brandão de Oliveira, exerceu o cargo de vereador naquele Município e por duas vezes foi seu prefeito. Além do mais, depreende-se da justificativa que se trata de pessoa já desaparecida, quando em determinado trecho diz: "o reconhecimento do esforço, do trabalho, da dedicação à causa pública, de um homem que viveu mais para servir aos interesses do povo de sua terra.

O projeto é perfeitamente constitucional, daí o nosso entendimento pela aprovação.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1971.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente

Arthur de Souza — Relator

Igo Losse — **Muggiati Filho** — **Odilon Reinhardt** — **Gilberto Carva-**

lho — **Cândido Martins de Oliveira** — **Sebastião Rodrigues Filho** —

Emílio Carazzai

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 40-71, de autoria do dep. Antônio Belinati, que declara de Utilidade Pública, a Assistência Lar Esperança de Londrina. — Parecer favorável da C.C.J. — Em Regime de Urgência. — Em discussão.

PROJETO DE LEI N. 40-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, a Assistência Lar Esperança de Londrina.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1.971.

a) Antônio Belinati

JUSTIFICATIVA:

A Assistência Lar Esperança de Londrina, funcionando na cidade de Londrina neste Estado do Paraná, entidade assistencial, tendo por finalidade acolher, amparar e recuperar moral e espiritualmente mães solteiras, que se acham na contingência da maternidade e não dispõem de recursos e nem de apoio de seus familiares, bem como amparar e educar seus filhos.

Com isto combate a prostituição, a delinquência, infância abandonada, contribuindo com o Governo do Estado, na solução desses graves problemas que enfrenta.

É uma obra merecedora de nosso apoio, merecendo ser declarada de Utilidade Pública.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Do Projeto de Lei n. 40-71

AUTOR: Dep. Antônio Belinati

SUMULA: Declara de Utilidade Pública, a Assistência Lar Esperança de Londrina.

PARECER

1 — O Projeto de Lei está devidamente justificado e instruído com a documentação exigida para tais casos.

2 — Não fere qualquer preceito de ordem legal ou constitucional.

3 — Pela Aprovação.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1.971.

a) Wilson Brandão — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Acyr José — Odilon Reinhardt — Igo Losso — Cândido Martins de Oliveira

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem). Sr. Presidente, um Projeto de Lei em idênticas condições, considerando de utilidade pública a mesma entidade, já foi aprovado, hoje, em 2a. Discussão. É o Projeto de Lei n. 313-70.

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela ordem).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa esclarece que vai responder à questão de ordem do sr. deputado Gilberto Carvalho, e depois concederá a palavra a V. Exa...

O SR. ANTONIO BELINATI — É sobre o mesmo assunto, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o sr. deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, havíamos apresentado Projeto de Lei considerando de utilidade pública a Assistência Lar Esperança de Londrina. Faz mais de um mês que demos entrada a esse Projeto.

O referido Projeto recebeu da douta Comissão de Constituição e Justiça Parecer favorável. Em que pese a atenção dispensada por essa ilustre Comissão, fomos encontrar na pauta outro Projeto, de autoria do ex-deputado Olavo Ferreira, que foi apresentado certamente no ano de 1970, e que trata do mesmo assunto.

Assim sendo, pleiteamos a retirada do nosso Projeto que, consequentemente, fica prejudicado — (Pausa).

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela ordem). Sr. Presidente, modificando nossa palavra anterior pedimos, apenas, que o nosso Projeto de n. 40-71 seja anexado ao Projeto de Lei n. 313-70.

O SR. PRESIDENTE — Requerimento de autoria do sr. deputado An-

tônio Belinati, que requer a anexação do Projeto de Lei n. 40-71, que declara de utilidade pública o Assistência Lar Esperança de Londrina, ao Projeto de Lei n. 313-70 que tem a mesma finalidade. Em votação. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Evandro Sá Pereira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente, solicitando seja enviado apêlo ao sr. Ministro da Agricultura, engenheiro Cirne Lima, no sentido de propiciar solução ao problema de terras no Município de Palotina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Costa, constante do Expediente, solicitando seja enviado ofício ao sr. Reitor da Universidade Católica do Paraná D. Gerônimo Mazzarotto e também o envio de ofício no mesmo sentido à TV Paranaense Canal 12. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando apêlo ao sr. Secretário de Saúde Pública, no sentido de que sejam enviadas doses de vacina Sabin para atender à demanda do município de Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Wilson Brandão, constante do Expediente, solicitando seja enviado apêlo ao sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de ser construída uma ponte sobre o rio Goioerê. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Wilson Brandão, constante do Expediente, solicitando seja enviado apêlo ao sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de permitir a permanência do Batalhão da Polícia Militar sediada na Comarca de Cruzeiro D'Oeste. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja anexado o Projeto de Lei n. 40-71 ao de n. 313-70, que tem o mesmo objetivo e já se encontra em segundo turno de apreciação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para verificar as condições em que vivem as famílias às margens do rio Belém. — **Aprovado.**

O SR. ANTÔNIO BELINATI — (Para discutir). Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa solicita ao sr. 1.º Secretário que proceda à leitura do requerimento.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê o requerimento).

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o requerimento do sr. Antônio Belinati.

O SR. JOÃO MANSUR — Para discutir. sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do sr. deputado Quielse Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando voto de louvor aos funcionários do Hospital Colônia "Adaauto Botelho". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Quielse Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando seja dirigido apêlo ao sr. Diretor do DER, no

sentido de que aquêle Departamento socorra as populações do Noroeste, onde as estradas se acham intransitáveis. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja expedido officio ao sr. Ministro da Agricultura, no sentido da transformação da actual sistemática de applicação de reflorestamento, para permitir que as emprêsas possam continuar gozando da dedução do Impôsto de Renda, nas applicações que fizerem em suas próprias terras. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando seja enviado officio ao sr. Secretário de Educação e Cultura, sugerindo a sua Excelência a constituição de um Grupo de Trabalho. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- Redação Final — dos Projetos de Lei ns. 63-70, 104-70, 60-71;
3a. Discussão — dos Projetos de Lei ns. 100-70, 313-70;
2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 1-71;
1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 39-70.
Levanta-se a Sessão.